

Governador Valadares, 12 de março de 2024.

Ao Banco Central do Brasil
Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – DESIG

Carta de Apresentação

Ref.: Demonstrações Financeiras para o semestre findo em 31/12/2023.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao requerimento da Resolução 4.720 e demais normas vinculadas, estamos enviando o arquivo eletrônico contendo os documentos abaixo elencados e que compõem as Demonstrações Financeiras de Opção Administradora de Consórcios Ltda. Relativas ao período supramencionado.

I – Demonstração do Resultado do Exercício

II – Balanço Patrimonial

III – Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido

IV – Notas Explicativas da Administradora

V - Demonstração das Variedades nas Disponibilidades dos Grupos

VI – Demonstração dos Recursos de Grupos de Consórcios

VII – Notas Explicativas dos Grupos de Consórcios.

VIII – Relatório de Auditoria Independente

IX – Resumo dos principais fatos Administrativos

Informamos que estes mesmos documentos foram devidamente disponibilizados em março do presente exercício no sítio eletrônico da Instituição, endereço:

<https://consorciogarantia.com.br/web/wp-content/uploads/2024/03/Publicacao-2o-semester-2023.pdf>

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas no sítio eletrônico desta Instituição.

Sem mais,

José Luis Ciatti
Contador
CRC (MG) 053.259/O-1

Hugo Leonardo Silveira Soalheiro
Diretor

Relatório da Administração - Opção Administradora de Consórcios Ltda
CNPJ 20.919.916/0001-57

Senhores sócios e consorciados:

Submetemos à apreciação de V. Sas. às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que pressupõe a continuidade das suas atividades no futuro previsível.

A política de distribuição de lucros não apresenta critério definido, atendendo o previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

No segundo Semestre de 2023, a empresa registrou Prejuízo de R\$ 160.203,06 (cento e sessenta mil duzentos e três reais e seis centavos), Patrimônio Líquido de R\$ 479.375,00 (quatrocentos e setenta e nove mil trezentos e setenta e cinco reais), Ativos num total de R\$ 798.762,16 (setecentos e noventa e oito mil setecentos e sessenta e dois reais e dezesseis centavos) e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 2.242.245,50 (dois milhões duzentos e quarenta e dois mil duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Os limites impostos pela autoridade fiscalizadora, como Alavancagem, Imobilização e PLA mínimo foram plenamente atendidos pela empresa.

Demais imposições regulamentares, no tocante ao componente de Ouvidoria, controles internos, Auditoria Externa, COMPLIANCE, Auditoria Interna, PLD Política de Prevenção a Lavagem de Dinheiro, LGPD – Lei de proteção de dados foram adequados considerando o tamanho, porte, risco e complexidade das operações da entidade.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Demonstração do Resultado do Exercício (Em R\$ 1.000)

CONTAS	2ºSem 2023	Exerc. 2023	2ºSem 2022	Exerc 2022
Rendas Tit. Renda Fixa	15	26	8	20
Rendas Taxa Administração	2.224	4.200	1.863	3.163
Outras Receitas Operacionais	2	3	0	0
(-)Despesas Administrativas	2.202	3.932	1.625	2.886
(-)Aprov. de Ajustes Patrimoniais	5	10	5	12
(-)Outras Despesas Operacionais	194	414	209	349
= LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	(160)	(116)	31	(64)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	0	0	18	69
PROVISÕES DE IMPOSTOS				
Imposto de Renda/Contrib.Social	0	7	1	1
RESULTADO DO EXERCICIO	(160)	(124)	49	4

BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$ 1.000)

	31/12/2023	30/12/2022
Ativo Circ.Real.L.Prazo	798	356
Disponibilidades	0	16
Depósitos Bancários	0	16
Tít. e Vrs. Mobiliários	501	281
Outros Créditos	297	58
Serviços Prestados a Receber	16	23
Diversos	280	35
Ativo Permanente	443	449
Investimentos	400	400
Imobilizações em curso	5	0
Móveis e Equipamentos de uso	76	76
(-) Depreciação Acumulada	(38)	(27)
Ativo Compensado	68.152	58.863
Vrs.Pendentes Cobrança Judicial	181	177
Vrs. Devidos a consorciados Gr.Enc.	112	101
Vrs. Aplicados p/Administradora	112	101
Depósitos não procurados	5	24
FI Recursos não procurados	96	72
FI Recursos Recebidos	11	5
Rec. de Consórcios	66.611	57.442
Prev. Mensal Receber	1.133	1.042
TOTAL DO ATIVO	69.394	59.668
Passivo Circ.e Real.L.Prazo	762	201
Empréstimos no País	600	66

Fiscais e Previdenciárias	66	60
Obrigações Diversas	95	75
Patrimônio Líquido	479	603
Capital Social	1.400	1.400
Lucros/Prejuízos Acum.	(920)	(797)
Passivo Compensado	68.152	58.863
Vrs. Pendentes Recebto. Judicial	181	177
Vrs. Devidos a Consorciados	112	101
Recursos Não Procurados	101	96
Recrussos Recebidos	11	5
Vrs. Aplicados P/Administradora	112	101
Recursos Coletados	66.611	57.442
Contribuições a Receber	1.133	1.042
TOTAL GERAL DO PASSIVO	69.394	59.668

Variação Nos Componentes do Capital Circulante
Em R\$1.000 Ano 2023

Componentes	Vrs. em 31/12/2022	Vrs. em 31/12/2023	Variações
Ativo Circulante	356	798	442
Passivo Circulante	201	762	561
Capital Circulante	154	36	118
01- Origens de Recursos			
I – Diminuição do capital circulante		118	
II - Depreciação		10	128
02 - Aplicações de Recursos			
I – Prejuízo do exercício		124	
III - Aquisição cotas de consórcio		4	128

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRÍMONIO LÍQUIDO

	Saldo Inicial 31/12/2021	Movimento	Saldo Final 31/12/2022	Movimento	Saldo Final 31/12/2023
		Lucro		Prejuízo	
Capital Social	1.400		1.400		1.400
Prejuízo Acumulado	-800	4	-796	-124	-920
Acumulado	600	4	604	-124	479

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Em R\$ 1.000

	2º Sem 2023	Ano 2023	2º Sem 2022	Ano 2022
Resultado Líquido do Exercício	-160	-124	49	4
Parcela dos Sócios da Controladora	0	0	0	0
Parcela dos Não Controladores	0	0	0	0
(-) Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0
Tributos sobre Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0
Equivalência Patrimonial s/Ganhos Abrangentes de Coligadas	0	0	0	0
Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0
(-) Tributos sobre Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0
Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação	0	0	0	0
Ajustes Instrumentos Financ. Reclassificados p/Resultado	0	0	0	0
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0
Parcela dos Sócios da Controladora	0	0	0	0
Parcela dos Não Controladores	0	0	0	0
Resultado Abrangente Total	0	0	49	4
Parcela dos Sócios da Controladora	0	0	0	0
Parcela dos Não Controladores	0	0	0	0

I) CONTEXTO OPERACIONAL - A Opção Administradora de Consórcios Ltda., é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens duráveis, novos ou usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de participantes do público em geral, com atuação a nível nacional.

II) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

- As demonstrações contábeis foram preparadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Para a contabilização das operações, **declaramos** que foram utilizadas as normas e regulamentações emanadas do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Opção Administradora de Consórcio evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e realização de créditos tributários.

III) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado - O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate líquido.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos e pelo efetivo compromisso de pagamento.

c) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos financeiros – A empresa não possui esta modalidade de instrumentos.

e) Imobilizado de uso - Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Os bens são depreciados às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a.; Veículos a 25% a.a. (estes foram baixados no semestre).

Bens	% Depr.anual	Aquisição	Deprec.Acum.	Residual 2023
Móveis e Equipamentos	10%	11.456,00	2.768,57	8.687,43
Sistema de Processamento de Dados	20%	64.495,25	35.395,69	29.099,56

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo) - Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro tributável considerando a alíquota de 9%. No período encerrado em 30/06/2023 foram provisionados os tributos:

Total Receitas Semestral	(+)	2.242.245,50
Impostos Sobre Receita	(-)	194.926,09
Despesas Administrativas	(-)	2.202.192,59
Aprovisionamento e Ajustes	(-)	5.329,88
Prejuízo do semestre	(=)	(160.203,06)

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) –

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, inclusive 13º salário e férias acrescidos dos encargos.

i - Despesas antecipadas São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o regime da competência.

J) Resultado recorrente e não recorrente – A empresa não apresenta no período.

l) Eventos subsequentes – A empresa não apresenta eventos subsequentes no período.

m) Transações com partes Relacionadas – A empresa não possui transações com partes relacionadas

n) CPC 47 que trata de como as empresas podem informar suas receitas e custos de acordo com o contrato com o cliente – A empresa responsável pelo desenvolvimento e manutenção do sistema utilizado pela Administradora, Sinquia Tecnologia Ltda., iniciou no ano a fase de testes das adaptações necessárias. Ainda não utilizamos Provisão para Devedores Duvidosos, CPC 48, como forma de ajuste do Ativo, já que não provisionamos valores a receber futuros.

o) No transcorrer deste 2º. Semestre de 2023, foram aproveitados o montante de R\$ 28.097,71, a título de Crédito do Pis (5.012,02) e Cofins (23.085,69) sobre comissões de cotas de consórcios realizadas por empresas representantes, pois tais desembolsos foram considerados como insumos essenciais para a geração de receitas com taxa de administração, na base de cálculo dos referidos tributos.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS EM R\$ 1.000

	2° Sem 2022	31 12 2022	2° Sem 2023	31 12 2023
DISPONIBILIDADES	7.243	0	5.559	0,00
Depósitos Bancários	43	0	46	0,00
Aplicações Financeiras	2.206	0	1.750	0,00
Aplicações Financ.Vinc.	4.993	0	3.763	0,00
REC.COLETADOS(+)	11.032	57.229	12.602	66.426
Contrib.p/Aquis.Bens	8.454	43.642	9.818	51.127
Taxa Administração	1.573	9.196	1.843	10.209
Contrib.p/Fundo Reserva	129	658	159	801
Rend.Aplic.Financeira	360	562	271	904
Multa J.Monetários	49	184	56	226
Prêmio de Seguros	255	1.364	240	1.376
Outros	209	1.620	212	1.782
REC. UTILIZADOS(-)	11.506	50.585	11.195	59.394
Aquisição de bens	9.420	38.284	8.672	45.772
Taxa Administração	1.573	9.196	1.843	10.209
Multa e Juros Repassados	24	92	28	112
Prêmio de Seguros	255	1.364	240	1.375
Devolução a Consorc.Deslig.	54	77	0	0
Multa e Jurs Repassados	0	0	182	146
Outros	178	1.570	228	1.776
DISPONIBILIDADES	6.326	6.326	5.997	5.997
Depósitos Bancários	59	59	49	49
Aplicações Financeiras	1.740	1.740	1.119	1.119
Aplic.Financ.Vinc.Contemp.	4.527	4.527	4.828	4.828

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS EM R\$ 1.000

	31/12/2022	31/12/2023
Ativo Circulante	17.303	18.157
Disponibilidades	59	49
Depósitos Bancários	59	49
Aplic.Interf. Liquidez	6.267	5.947
Aplicações Financeiras	6.267	5.947
Disponibilidades dos Grupos	1.735	1.119
Vinculada Contemplações	4.527	4.828
Recursos de Grupos em formação	5	0
Outros Créditos	10.977	12.160
Valores Específicos	10.977	12.160
Direitos Junto a Consorc.Cont.	10.977	12.160
Normais	10.616	11.714
Em atraso	196	180
Em cobrança judic. grs.em andam.	164	264
Compensação	66.357	75.666
Consórcio	66.357	75.666
Previsão Mensal Recursos	1.042	1.133
Contrib. Devidas ao Grupo	38.874	38.706
Valor bens/serviços a contem.	31.440	35.827
TOTAL ATIVO	83.660	93.823
Passivo Circulante	17.303	18.157
Outras Obrigações	17.303	18.157
Obrigações Diversas	17.303	18.157
Obrigações com Consorciados	8.963	9.723
Valores a repassar	501	388
Obrigações por contempl. a entregar	4.527	4.828
Recursos a devolver a consorc.	2.435	2.052
Recursos do Grupo	875	1.165
COMPENSAÇÃO	66.357	75.666
CONSÓRCIO	66.357	75.666
Rec. Mensais a Receber	1.042	1.133
Obrigações do Grupo p/Cont.	33.874	38.706
Bens/Serviços a contemplar	31.440	35.827
TOTAL DO PASSIVO	83.660	93.823

IV) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

As demonstrações dos grupos de consórcios, foram elaboradas a partir das demonstrações de cada grupo de consórcio e divulgadas a partir da constituição do primeiro grupo de consórcio.

ATIVO.

- Aplicações financeiras - São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base. Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular no 3.432/09, do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo de acordo com o saldo de cada conta.
- Outros créditos - Referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva (se aplicável), calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

PASSIVO

- Obrigações com consorciados - As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.
- Valores a repassar - Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e os prêmios de seguros. As multas rescisórias são deduzidas dos consorciados excluídos.
- Obrigações por contemplações a entregar - Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.
- Recursos a devolver a consorciados - Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem, que dependem da contemplação para o seu ressarcimento.
- Recursos dos grupos - Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

- Previsão Mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados - Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2023 a 31 de dezembro de 2023.
- Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições - Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023.
- Valor dos Bens a Contemplar e obrigações por futuras contemplações - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2023, e 31 de dezembro de 2023.

V) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A empresa não possui nenhuma contingência Ativa patrocinada junto a terceiros, pessoa física ou jurídica, nem Passiva onde figure como ré em demanda judicial.

VI) OUTROS PASSIVOS

A empresa não possui eventos ou fatos subsequentes que possam interferir ou alterar os saldos apresentados.

VII) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social é de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), e está totalmente integralizado. A empresa apresenta um saldo de Prejuízos Acumulados no total de R\$ 920.625,00 (novecentos e vinte mil e seiscentos e vinte e cinco reais), ficando o Patrimônio Líquido em R\$ 479.375,00 (quatrocentos e setenta e nove mil e trezentos e setenta e cinco reais).

VIII) - INFORMAÇÕES ADICIONAIS OBRIGATÓRIAS:

A empresa tem sua Sede localizada na cidade de Governador Valadares, estado de Minas Gerais, à Rua Peçanha nº 300, Centro. Está estabelecida como Sociedade Empresária Ltda. E possui nome fantasia de Consórcio Nacional Garantia. Está classificada como Administração de Consórcios Para Aquisição de Bens e Direitos e tem seu quadro de sócios e administradores composto por:

Douglas Willians Neves

Diego Neves Ferreira

Antônio de Assis Neves Júnior

Hugo Leonardo Silveira Soalheiro (Sócio Administrador)

IX – INFORMAÇÕES FÍSICAS DOS GRUPOS

Dados	30.12.2022	30.06.2023	31.12.2023
Quantidade de Grupos Administrados	12	13	12
Quantidade de bens Entregues Acumulados	412	353	333
Quantidade de bens Entregues no Período	412	353	333
Taxa de Inadimplência	14,886021%	17,222222%	23,0709923%
Quantidade de Consorciados Ativos Acumulado	3.302	3.420	3.290
Quantidade de Consorciados Ativos no Período	403	623	561
Quantidade de Consorciados Excluídos Acumulado	243	198	154
Quantidade de Consorciados Excluídos no Período	243	198	154
Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	465	155	317

X – Grupos encerrados: Grupos encerrados: Os grupos encerrados apresentam 05 cotas de consorciados inadimplentes, em cobrança administrativa que totalizam R\$ 4.332,22, que estão considerados nas contas de compensação da conta valores pendentes de recebimento cobrança judicial, por inexistirem conta contábil específica para inadimplentes em ATRASO.

Governador Valadares, de 31 de dezembro de 2023.

José Luis Ciatti
Contador
CRC (MG) 053.259/O-1

Hugo Leonardo Silveira Soalheiro
Diretor

RESUMO DOS PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS – 2º SEMESTRE/2023
CONSÓRCIO GARANTIA

1. Considerações Iniciais

Considerando oportunidades de negócio que estão sendo prospectadas e que se encontram em diferentes fases de desenvolvimento e negociação, a Administradora centrou esforços na estruturação do desenho e implementação de uma divisão de negócios – Consórcio como Serviço (CaaS).

2. Consórcio como Serviço

A Administradora investiu e conduziu atividades em três direções para o design e sustentação do Consórcio como Serviço – prospecção e desenvolvimento de novas oportunidades de negócios; infraestruturação de hardware, software e serviços para *cloud computing*; transformação de processos e direcionais de Marketing.

Em se tratando de *cloud computing*, a empresa realizou os processos de prospecção, estudos e análise para contratar serviços de broker e transferir a estrutura de ERP da empresa da arquitetura *on-premise* para nuvem; há nesse aspecto os seguintes ganhos: escalabilidade, nível de serviço elevado, com baixo risco de interrupções; segurança e compatibilidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Em se tratando da transformação dos processos a empresa iniciou o mapeamento, revisão e configuração dos processos em fluxos de trabalho orientados à jornada do consumidor de consórcio e à digitalização e automação das atividades. Esse processo deve ser concluído até o início do quarto trimestre de 2024.

Quanto aos direcionais de Marketing, a empresa optou por modificar sua estratégia de Marketing e iniciou, de forma integrada ao item anterior, a revisão dos direcionais de Marketing, com vistas ao modelo de negócio de CaaS.

Governador Valadares, 31 de dezembro de 2023

Hugo Leonardo Silveira Soalheiro

Diretor

CPF.: 069.195.716-92

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Sócios e Administradores da
Opção Administradora de Consórcios Ltda.
Governador Valadares/MG

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da empresa **Opção Administradora de Consórcios Ltda.**, que compreendem o balanço patrimonial, em **31 de dezembro de 2023**, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do Patrimônio Líquido, resultado abrangente e dos Recursos de Consórcios e das Variações nas Disponibilidades de Grupos para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos reflexos constantes na Base para Opinião com Ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Opção Administradora de Consórcios Ltda.**, em **31 de dezembro de 2023**, o desempenho de suas operações para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de Recursos de Consórcios em **31 de dezembro de 2023** e das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcio para o semestre findo nessa mesma data de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com Ressalva

1. Para o reconhecimento das Receitas com Taxa de Administração a empresa considerou o Parágrafo 2º do Artigo 8º da Circular BACEN 2381/1993, apropriada por ocasião do seu efetivo recebimento, havendo o mesmo tratamento contábil para as Despesas com comissões que são apropriadas ao resultado quando da realização da venda (Carta Circular 2598 de 27.11.1995). A Resolução BCB nº 120 de 27.07.2021, aplicável a partir de 01.01.2022 revogou o Parágrafo 2º do Artigo 8º da Circular BACEN 2381/1993, prevendo em seu artigo 7º que as receitas e despesas devem ser reconhecidas "Pro Rata Temporis", considerando-se os números de dias corridos.

A modificação do critério contábil na apropriação das receitas e despesas de acordo com a Resolução BCB 120/2021, tem reflexos no Resultado e nas Contas Patrimoniais em consequência do diferimento desses recursos e gastos, dos impostos sobre faturamento, créditos sobre insumos e impostos sobre lucros, consequentemente não foi possível mensurar tais reflexos no seu resultado, havendo a previsão de recebimento de taxa de administração futura de todos os grupos no montante de R\$ 6.081.141,00.

2. Estão apresentados na conta ativa "Adiantamento para Pagamento de Nossa Conta", o montante de R\$ 142.693,57 relativo a despesas comerciais e administrativas que interferirão no resultado da empresa e consequente desenquadramento do seu PLA – Patrimônio Líquido Ajustado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Parágrafo de Ênfase

Consta mencionado nas notas explicativas das demonstrações financeira da empresa, **item III – Principais Práticas e Contábeis da Administradora**. Letra "O", a utilização de créditos de PIS e COFINS no montante de R\$ 28.097,71 relativos a insumos pagos aos seus representantes, decorrentes de comissões de vendas de cotas de consórcios que foram considerados essenciais para a geração de receita da empresa. Este montante não foi objeto de ressalva em nossa opinião

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.


Daniel Provete Neto
CRC RJ 044876/O-7 TSP

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba(SP), 08 de março de 2024.



AREZU Auditoria e Contabilidade S/S

CRC2SP023952/O-8

Dantes Provete Neto

CRC 1RJ044876/O-8"TT"SP